



**ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO**

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 719 DE 2024

Fica instituído a Política de Incentivo à Produção Leiteira Sustentável no Estado do Tocantins, com o objetivo de promover o desenvolvimento e a sustentabilidade da cadeia produtiva de lácteos.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS decreta:

Art. 1º Fica instituído no âmbito do Estado do Tocantins, a Política de Incentivo à Produção Leiteira Sustentável, com o objetivo de promover o desenvolvimento e a sustentabilidade da cadeia produtiva de lácteos no estado.

Art. 2º A Política instituída por esta Lei tem como diretrizes:

I – melhorar a eficiência na fiscalização, com ênfase na divisa entre Tocantins e Pará, onde existe maior entrada de leite resfriado sem nota fiscal;

II – estabelecer no setor de lácteos, coleta de dados, análise comparativa de valores de compra e venda, identificação de distorções e ações de prevenção pelo órgão de proteção e defesa do consumidor;

III – promover e fomentar a implantação de sistemas de energia solar para produtores de leite;

IV – potencializar programas de capacitação, treinamento e assistência técnica contínua aos produtores de leite;

V – estimular a adoção de práticas agrícolas que minimizem os impactos negativos no meio ambiente;

VI – incentivar a utilização de tecnologias e técnicas agrícolas modernas que aumentem a eficiência da produção, reduzam o desperdício e otimizem o uso dos recursos naturais;



**ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO**

VII – destinar recursos para o desenvolvimento de infraestrutura específica para a cadeia produtiva de leite;

VIII – promover a aquisição de recursos materiais utilizados na cadeia produtiva, bem como criar linhas de crédito com condições especiais destinadas ao produtor de leite.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A Política de Incentivo à Produção Leiteira Sustentável no Estado do Tocantins surge como uma medida estratégica para promover o desenvolvimento econômico regional aliado à sustentabilidade socioambiental. Esta política visa não apenas fortalecer a cadeia produtiva de lácteos, mas também garantir que essa expansão ocorra de forma sustentável, responsável e benéfica para do estado.

De acordo com o IBGE, o Tocantins conta com 22.498 propriedades que têm produção leiteira e produzem em média 236.544 milhões litros/ano, tanto como forma de subsistência quanto por produção para fins de comercialização. O efetivo de matrizes ordenhadas é de 198.612 cabeças em todo o território tocantinense.

As cidades com maior destaque na produção leiteira são:

Tabela 01- Cidades e quantitativos de animais com aptidão leiteira.

Cidades	Quantitativo
Araguatins	15.130
Pequizeiro	11.206
Bernardo Sayão	8.203
Araguaína	7.544
Colméia	6.594
Augustinópolis	6.026
Goianorte	5.674

Fonte: IBGE 2017

Diante desse cenário, é imperioso que haja uma política efetiva de fortalecimento deste setor no estado do Tocantins que possa favorecer o produtor rural da cadeia produtiva do leite. Por isso, através de informações obtidas por meio





**ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO**



de ofício direcionada a Secretaria da Agricultura e Pecuária (SEAGRO), este projeto de lei está sendo proposto.

De acordo com essa secretaria, existem algumas ferramentas que são imprescindíveis para beneficiar a cadeia produtiva de leite, levando em conta as características e realidade do Tocantins, são elas:

- Melhoria da eficiência na fiscalização, principalmente na divisa entre Tocantins e Pará, onde existe a entrada de leite resfriado sem nota fiscal burlando a tributação e provocando o enfraquecimento do mercado local/regional;
- Levantamento sistemático do Procon junto aos supermercados e revendedores de leite e derivados, evitando distorções relevantes quanto ao valor de compra e venda. Isso favorecerá um consumo estável, pois existem momentos em que o valor pago ao produtor está aquém do valor comercializado na gôndola, retraindo a comercialização;
- Fomentar a implantação de sistemas de energia solar para os produtores;
- Potencializar programas de capacitação, treinamento e assistência técnica contínua aos produtores;
- Destinação de recursos para o desenvolvimento de infraestrutura específica para a cadeia produtiva do leite, como a construção e modernização de estradas rurais para facilitar o transporte dos produtos e reduzir custos de produção;
- Promover programas que fomentem a aquisição de tanques de armazenamento e refrigeração de leite/derivados, ordenhadeiras, equipamentos de cerca elétrica, tratores e implementos através da criação de linhas de crédito com condições especiais, como taxas de juros subsidiadas e prazos estendidos, destinadas exclusivamente para financiar o produtor de leite com recursos para custeio e investimento.

Essa relação foi utilizada como base para as diretrizes desta política. Ao instituí-la, buscamos não só incentivar o aumento da produção leiteira, mas também fomentar práticas agrícolas que respeitem e protejam o meio ambiente, bem como fortalecem o setor do agronegócio tocantinense.

Reconhecemos a importância vital deste setor para a economia local, que oferece empregos e oportunidades de renda para muitas famílias em todo o estado. Portanto, ao promover a produção leiteira sustentável, estamos não apenas

63 3212-5109



gabdepgutierrez@gmail.com

Palácio Deputados João D' Abreu - Praça dos Girassóis

Palmas - Tocantins | CEP: 77.001-902



**ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO**

impulsionando o crescimento econômico, mas também garantindo a viabilidade a longo prazo desta atividade.

É crucial destacar que a sustentabilidade ambiental está no centro desta política. Por essa razão, estabelecemos diretrizes e incentivos para a adoção de práticas agrícolas que minimizem os impactos negativos no meio ambiente, como a erosão do solo, o desmatamento e a poluição da água. Além disso, propusemos o incentivo a utilização de tecnologias e técnicas agrícolas modernas que aumentem a eficiência da produção, reduzam o desperdício e otimizem o uso dos recursos naturais.

A **fundamentação legal** está embasada em normativas internacionais e nacionais. Internacionalmente, podemos destacar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, especialmente o ODS 2 (Fome Zero), ODS 12 (Consumo e Produção Sustentáveis) e ODS 15 (Vida Terrestre), que promovem ações para garantir sistemas de produção agrícola sustentáveis e proteger os ecossistemas terrestres.

Além disso, as convenções da ONU relacionadas ao meio ambiente e agricultura, como a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) e a Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação (UNCCD), estabelecem compromissos para a mitigação das emissões de gases de efeito estufa na agricultura e para o manejo sustentável das terras.

No âmbito nacional, a presente política é respaldada pela Lei nº 12.651/2012 (Código Florestal Brasileiro), que estabelece diretrizes para a conservação da vegetação nativa, incluindo áreas de preservação permanente e reserva legal, que são fundamentais para a sustentabilidade das propriedades rurais envolvidas na produção leiteira.

Em se tratando de padrões de qualidade do leite, destaca-se a Instrução Normativa nº 76/2018 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que estabelece padrões de qualidade e requisitos sanitários para a produção de leite e derivados, promovendo a segurança alimentar e a qualidade dos produtos lácteos.

Além disso, a Lei nº 12.187/2009 institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima, promovendo a redução das emissões de gases de efeito estufa no setor agropecuário, o que pode influenciar práticas mais sustentáveis na produção de leite.

Outrossim, há programas governamentais como o Programa ABC (Agricultura de Baixo Carbono), regulamentado pela Lei nº 12.651/2012, que oferece incentivos financeiros e assistência técnica para a adoção de tecnologias sustentáveis.



**ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO**

na pecuária leiteira, como sistemas de integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF) e manejo eficiente de resíduos.

Cabe destacar ainda, o Programa Mais Leite Saudável, desenvolvido pela Embrapa e parceiros, que tem como objetivo incentivar boas práticas na produção leiteira, como o manejo adequado de pastagens, uso eficiente de recursos hídricos e melhoria da nutrição animal, contribuindo para a sustentabilidade da cadeia produtiva de lácteos.

Além disso, no âmbito de políticas públicas, o Brasil também possui programas de financiamento rural, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que oferece linhas de crédito com condições facilitadas para pequenos produtores de leite investirem em tecnologias sustentáveis e infraestrutura adequada.

Essas legislações e programas exemplificam como a política estadual pode ser formulada para promover uma produção leiteira mais sustentável, integrando preocupações ambientais e socioeconômicas na agricultura brasileira.

Assim, através da Política de Incentivo à Produção Leiteira Sustentável no Estado do Tocantins, não apenas fortaleceremos a competitividade dos produtores locais no mercado nacional, mas também contribuiremos para a conservação dos recursos naturais do estado.

Em última análise, a Política de Incentivo à Produção Leiteira Sustentável é uma medida abrangente que visa alcançar um equilíbrio harmonioso entre o crescimento econômico e a preservação ambiental, assegurando um futuro próspero e sustentável para o Estado do Tocantins e nossas comunidades.

Sala das Comissões, aos 30 dias do mês de abril de 2024.

GUTIERRES
BORGES
TORQUATO:006
55089128

Assinado de forma digital
por GUTIERRES BORGES
TORQUATO:00655089128
Dados: 2024.04.30
11:20:24 -03'00'

GUTIERRES TORQUATO
Deputado Estadual

63 3212-5109



gabdepgutierres@gmail.com

Palácio Deputados João D' Abreu - Praça dos Girassóis

Palmas - Tocantins | CEP: 77.001-902